

Decifra-me ou te devoro

STF O julgamento da prisão em segunda instância teve cálculo político, disputa de poder e, de novo, a “esfinge” Rosa Weber

POR ANDRÉ BARROCAL

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, corte de segunda instância sediada em Porto Alegre, decide na quarta-feira 30 se anula a sentença de 12 anos de prisão aplicada em fevereiro pela juíza Gabriela Hardt, de Curitiba, ao ex-presidente Lula no caso do sítio de Atibaia. É consequência da decisão do início do mês do Supremo Tribunal Federal de que todo réu tem o direito de manifestar-se por último em processo no qual é acusado por delator. É provável que a condenação do petista seja anulada e o processo do sítio, refeito. No caso do triplex do Guarujá, motivo de seu cárcere desde abril de 2018, Lula aguarda o julgamento do STF sobre a suspeição do ex-juiz Sérgio Moro, ponto de partida para anular a sentença. Será que a análise a respeito da parcialidade ou não de Moro seria decidida com Lula livre? Era uma possibilidade diante de outra deliberação da corte, esta sobre a prisão imediata de condenados em um tribunal de apelação, como o TRF4. Uma possibilidade que leva o PT a pensar em planos para Lula correr o País e liderar a oposição ao governo Bolsonaro.

O Supremo começou a julgar na quarta-feira 23 as prisões em segunda ins-

tância, e havia três votos a favor delas e um contra quando esta reportagem foi concluída, na manhã do dia seguinte. A retomada do julgamento na tarde da quinta-feira 24 prometia um placar apertado, pois seria a vez dos votos da ala garantista, formada pelo decano Celso de Mello, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. A ela pertence o relator das três ações contestadoras das prisões antecipadas, Marco Aurélio Mello, o primeiro a votar: contra as prisões. Para ele, não há “controvérsias semânticas” possíveis diante do que dizem o artigo 5º da Constituição (“Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”) e o artigo 283 do Código de Processo Penal (“Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em

Presidente da corte, Dias Toffoli esperou o ‘melhor momento’ para recolocar o tema na pauta



decorrência de sentença condenatória transitada em julgado”). “É impossível devolver a liberdade perdida ao cidadão”, afirmou o relator.

Assim como aconteceu na decisão quanto ao *habeas corpus* de Lula em abril de 2018, desenhava-se um placar de 6 a 5, tendo como voto decisivo, de novo, o de Rosa Weber. Ela é filosoficamente contra prisões antecipadas, mas reafirmaria essa posição agora? No PT havia dúvidas quanto à “esfinge” gaúcha.

O julgamento das ações sobre as prisões em segunda instância foi marcado com pouca antecedência pelo presidente do Supremo, José Dias Toffoli. Um cálculo político de alguém calejado no jogo de poder em Brasília. Toffoli não queria que lavajatistas e bolsonaristas, grupos anti-STF, tivessem tempo de preparar protestos contra o tribunal. Sabia que o potencial de estrago era grande. Havia programado o julgamento pela primeira vez em dezembro de 2018, para 10 de abril de 2019. Empossado Jair Bolsonaro,

ROSINEI/COUTINHO/STF E RICARDO STUCKERT



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO →



pág. 40

Mutirão. Os moradores arregaçam as mangas para limpar as praias nordestinas



reaberto o Congresso, o STF entrou na mira de pedido de CPI e das milícias digitais bolsonaristas, por razões diversas, inclusive a hipótese de proibir as prisões antecipadas. Ante a pressão, Toffoli abriu em março um polêmico inquérito para investigar as milícias e o uso de notícias falsas contra a corte.

Em 3 de abril, realizou no Supremo um ato de desagravo à corte, do qual participaram dirigentes sindicais e empresários. Ali, combinou com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, entidade autora de uma das ações contrárias às prisões antecipadas, de a OAB pedir a suspensão momen-

Na arena. Lula reiteira: está mais interessado em provar sua inocência do que nas filigranas jurídicas do STF

tânea do julgamento. Um dia depois, Toffoli tirou as ações da pauta do plenário de 10 de abril. Só voltaria a botar o assunto na mesa quando achasse que a temperatura tivesse baixado. E baixou, graças à comunhão de interesses entre Toffoli, o colega Gilmar Mendes e Jair Bolsonaro, unidos na defesa das esposas contra investidas lavajatistas.

Em julho, Toffoli deu uma liminar protetora do senador Flávio Bolsonaro, do PSL do Rio de Janeiro, nas investigações do caso Fabrício Queiroz, que poderiam atingir Michelle Bolsonaro, mulher do presidente. Agradecido, Bolsonaro não tinha motivo para estimular seus apoiadores a ir às ruas contra o tribunal, ao contrário do que fizera em maio, quando houve marchas anti-Supremo e anti-Congresso. O sinal de que



Toffoli se sentia à vontade para pautar as ações contra as prisões antecipadas foi uma entrevista sua à *Veja* em agosto, na qual comentou “que o julgamento da segunda instância não vai mais provocar tumulto algum”.

O que não significa que não houve as reações agora. Caminhoneiros bolsonaristas gravaram vídeos, que circularam na web, com ameaças aos juízes e de greve. “Pressões ilegítimas”, “surtos autoritários”, atuação “sinistra de delinquentes” no “submundo digital”, comentou Celso de Mello. Moro, ministro da Justiça, deu declarações públicas, embora amenas: “Essencial e extremamente importante” manter as prisões após a segunda instância. O general aposentado Eduardo Villas Bôas, chefe do Exército nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer e hoje assessor especial no Palácio do Planalto, voltou a usar o Twitter contra o STF. Escreveu que é “preciso manter a energia que nos move em direção à paz social, sob pena de que o povo brasileiro venha a cair outra vez no desalento e na eventual convulsão social”. Um repeteco da ameaça feita ao tribunal também pelo Twitter em abril de 2018, na véspera de o tribunal julgar e negar um *habeas corpus* a Lula.

Toffoli assumiu o comando da corte cinco meses depois da ameaça e nomeou como assessor especial um general indicado por Villas Bôas, Fernando Azevedo e Silva, atual ministro da Defesa. Em uma reunião no Tribunal Superior Eleitoral cinco dias antes da eleição de Bolsonaro, em outubro de 2018, “Toffoli descreveu um cenário sombrio”, segundo o livro *Os Onze – O STF, seus bastidores, suas crises*, lançado há três meses. “Lembrou que o então comandante do Exército, general (*Eduardo*) Villas Bôas, tinha 300 mil homens armados que majori-

Bravatas. O general Villas Bôas repetiu as ameaças ao STF, como se a libertação de Lula fosse um risco à ordem pública

AS 20 MAIORES POPULAÇÕES CARCERÁRIAS DO MUNDO

PAÍS	NÚMERO DE PRESOS	TAXA POR 100 MIL HABITANTES
Estados Unidos	2.121.600	655
China	1.649.804	118
Brasil	746.532	348
Rússia	536.760	370
Índia	433.003	33
Tailândia	362.985	524
Indonésia	264.573	98
Turquia	260.000	318
Irã	240.000	294
México	203.364	163
Filipinas	188.278	179
África do Sul	162.875	279
Vietnã	130.002	137
Colômbia	124.225	249
Etiópia	113.727	127
Egito	106.000	116
Argentina	92.161	207
Mianmar	92.000	171
Peru	90.934	278
Bangladesh	88.211	52

Fonte: World Prison Brief



tariamente apoiavam a candidatura de Jair Bolsonaro”, descrevem os autores. Em gabinetes do tribunal, ouve-se agora que soltar Lula, possível efeito do fim da prisão em segunda instância, seria bom para Bolsonaro. Permitiria ao ex-capitão atizar os apoiadores e manter a polarização baseada no antipetismo.

Entre movimentos direitistas, houve pressão por parte do Vem Pra Rua. A entidade disseminou nas redes sociais que “o fim da prisão em segunda instância será o triunfo da corrupção”. Divulgou o telefone e o e-mail dos gabinetes dos 11 juízes. E pregou que, entre os togados de posição conhecida a favor das prisões, alguém pedisse para examinar o assunto com calma, a chamada vista, o que na prática impediria uma decisão. Sugestão dirigida a Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, seguida da frase “Quem cala consente!” Havia esperança especial em Barroso, o mais lavajatista do Supremo, conforme constatado nas reveladas conversas secretas da República de Curitiba. Ele trocava ideias com frequência com o chefe da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, de quem se aproximou na Inglaterra em 2016, e até o recebeu para um jantar em casa naquele ano, em 9 de agosto, no qual Moro esteve presente.

No STF, havia quem desconfiasse que Barroso pediria vistas, até por uma disputa interna de poder com o trio que hoje manda na casa, Toffoli, Mendes e Alexandre de Moraes. Na semana anterior, ele tinha se desentendido com a trinca em um julgamento sobre a suspensão do registro estadual e municipal de partidos que não apresentassem prestação de contas. Uma disputa interna na qual Barroso tem ao lado Luiz Fux, que substituirá Toffoli à frente da corte em setembro de 2020. Fux temia ter caído nas teias da Lava Jato e tornou-se lavajatista somente após saber que não era investigado, outra história contada no livro *Os*



Onze. Mas Barroso não pediu vistas, nem Fachin, dois votos favoráveis às prisões antecipadas quando o placar era de 3 a 1.

Ao votar, Barroso bateu na tecla de que “não é de pobres que estamos tratando aqui”. Só ricos, com grana para pagar advogados e recursos protelatórios, é que se dariam bem com a proibição das prisões antecipadas, disse ele. E esse tipo de protelação, prosseguiu, só serve para adiar o inevitável. Segundo Barroso, de 25 mil recursos que chegaram ao STF de 2009 a 2016 contra sentenças penais, só nove resultaram na absolvição dos réus. Aliás, o número de condenados beneficiados por uma eventual revogação das prisões antecipadas causou controvérsias às vésperas do julgamento de agora. A mídia em geral citou 170 mil presos, com base em um boletim do Conselho Nacional



Advogados acusam Barroso, o lavajatista, de esgrimir mentiras na corte

Personagens. Moraes ficou do lado dos punitivistas. Barroso manipulou dados. Weber mantinha o mistério

de Justiça. Em um comunicado, o CNJ disse que o boletim foi mal interpretado, seriam 4,8 mil, na verdade. A propósito, o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, 746 mil detentos. Perde apenas para Estados Unidos (2,1 milhões) e China (1,6 milhão).

Barroso foi criticado por usar dados duvidosos. Conselheiro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, o advogado Augusto de Arruda Botelho disse que o juiz mentiu: “A interpretação proposital dos dados estatísticos que ele faz traz uma pseudorealidade que não condiz com a verdade”. Advogado de uma das





três ações em julgamento, Marco Aurélio Carvalho afirmou que o ministro “manipula dados, confunde a opinião pública e alimenta horda ávida por justificação”. Carvalho é sócio de José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça de Dilma Rousseff. Em maio de 2018, Dilma e Barroso viajaram lado a lado para Londres, onde participariam de um mesmo evento. *CartaCapital* soube recentemente que Dilma quis mudar de lugar no avião, para não ter de aturar um de seus indicados ao Supremo. Não conseguiu. Barroso aproveitou o voo para tentar convencê-la de que foi isento com o PT e acredita na honestidade dela. Tomou uma dura de Dilma, que fez questão de lembrá-lo: botou-o no STF para ir contra a maré da opinião pública, não a favor.

Dura à parte, Barroso tem certa razão ao apontar elitismo do Supremo no tema “prisão em segunda instância”. Esse tipo de prisão ocorria desde a Constituição de 1988, sem que houvesse regra geral. Em 2009, o tribunal resolveu adotar uma posição única para valer no País inteiro. Tomou como ponto de partida o caso de um fazendeiro de Minas Gerais.

Omar Coelho Vitor tinha dado cinco tiros, em 1991, num sujeito que cantara sua esposa e acertou dois, nenhum fatal. Foi condenado por tentativa de homicídio, teve a prisão decretada pelo Tribunal de Justiça mineiro em 2001, recorreu sem sucesso ao Superior Tribunal de Justiça e aí em 2004 apelou ao STF. Por 7 a 4, o Supremo deu-lhe um *habeas corpus* em 2009. Dos 11 juízes daquele julgamento, quatro seguem na corte e votaram a favor do HC, Celso de Mello, Marco Aurélio, Lewandowski e Mendes, todos ainda hoje contrários às prisões antecipadas.

O STF voltaria a julgar a validade dessas prisões em 2016. O ponto de partida desta vez era um garçom, e aí o desfecho

Aventava-se a criação de nova jabuticaba: a prisão após julgamento no STJ

Dallagnol. O promotor anda calado, mas a Lava Jato conta com seus aliados no Supremo e tenta se antecipar aos fatos no julgamento do sítio de Atibaia

foi diferente. Marcio Rodrigues Dantas foi acusado de roubar em 2010, com um amigo, 2,6 mil reais na cidade de Itapeerica da Serra, na Grande São Paulo. O assalto custou-lhe uma pena de cinco anos de cadeia. O TJ paulista e o STJ negaram-lhe um *habeas corpus*. Dantas recorreu em 2015 ao STF e este também lhe negou o HC, apesar de a corte ter agido de outra maneira quando acionada por um fazendeiro. Placar: 7 a 4 contra o garçom. Entre os quatro favoráveis a Dantas, três haviam participado da decisão sobre o fazendeiro em 2009 e mantiveram a coerência em 2016: Celso de Mello, Marco Aurélio e Lewandowski. Barroso, o milionário que prega a defesa dos pobres, votou contra o garçom.

Quem mudou de posição do caso do fazendeiro em 2009 para o do garçom em 2016 foi Gilmar Mendes, e aí a explicação talvez seja menos elitismo, e mais política, embora as coisas se misturem no fim das contas. Há três anos, a Operação Lava Jato fazia estragos no moribundo governo Dilma, em Lula e no PT, e Mendes estava sintonizado com a República de Curitiba, daí ter votado a favor das prisões após condenação em segunda instância. Da composição do STF de 2016 para 2019, há apenas um juiz diferente, Alexandre de Moraes no lugar do falecido Teori Zavascki, e ele votou a favor das prisões, como Zavascki. Dos dez juízes que participaram da decisão de 2016 e de 2019, agora Mendes era voto certo contra as prisões, uma revisão da posição anterior. Era possível que fosse seguido por Toffoli, defensor de uma solução jabuticaba, prisão em terceira instância, após decisões do STJ. Uma posição que era capaz de embananar o resultado final do julgamento. •